



AO DOMINGO

Justifica-se repensar o financiamento dos partidos e a remuneração dos políticos?



Clara Almeida Santos
Vice-reitora
da Universidade
de Coimbra

Estamos a falar de duas situações completamente diferentes. Os problemas de liquidez partidária podem, afinal, decorrer em certa medida de alguma evolução de sentido positivo no país relativamente aos mecanismos de controlo do financiamento privado aos partidos. A cultura de rigor e de transparência faz o seu caminho, deixando para trás, como é compreensível, alguma terra queimada. Quanto às remunerações dos políticos, seria interessante fazer um estudo sobre a classe política em Portugal nas últimas quatro décadas e perceber quem são os políticos portugueses, quais os seus percursos (antes, durante e depois do exercício das funções) e as suas motivações. Percebido isso, talvez então a temática salarial fosse relevante. ●●



Fernando Gomes
Economista

Com a autoridade que me dá o facto de ter participado longos anos na vida política e de hoje estar distante dela, a resposta só pode ser afirmativa. Se num regime democrático, plural e livre, cabe aos partidos políticos a participação nos órgãos representativos e o exercício do poder nos vários níveis do Estado, é responsabilidade deste Estado criar condições para o integral cumprimento dessas funções e para que o desempenho da atividade política por parte dos cidadãos se faça com dignidade e independência económica. A não ser assim, serão sempre as formas encaipotadas de financiamento e a não dedicação exclusiva dos agentes políticos a condicionar a atividade partidária e a autonomia dos eleitos. O paradoxo está em que, cabendo à própria classe política a definição destas condições, a procura de popularidade fácil tem impedido os partidos políticos de se entenderem. A demagogia tem sido, afinal, o caminho mais fácil. ●●



Sebastião Feye de Azevedo
Reitor
da Universidade
do Porto

Sendo dois temas diferentes, em qualquer dos casos justifica-se plenamente o seu repensar. Refletem problemas de há muito identificados, mas que se vão mantendo por falta de interesse, capacidade e/ou coragem política para os resolver e porque vão sendo ultrapassados de várias formas negativas, beneficiando do ambiente da permissividade social que nos caracteriza. Sobre o financiamento dos partidos, basta ler o que dizem ou reconhecem os seus próprios membros ativos. A situação atual é penalizante para o prestígio do regime. As mudanças necessárias devem começar com algo de simples – cumprir de forma séria a lei existente... o que não parece ocorrer. Relativamente ao quadro remuneratório dos políticos, três notas: (i) os cargos públicos políticos são genuína e inaceitavelmente mal pagos e tal tem de ser revisto; (ii) deve haver um mecanismos de subvenções compensatórias de reintegração, não vitalícias; (iii) os ex-presidentes da República merecem obviamente um tratamento de exceção. ●●